

GESTÃO DEMOCRÁTICA E ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO – Uma parceria para o trabalho e para a vida

Danilo Gonçalves de Campos ¹
José Vinicius da Costa Filho ²

RESUMO

A educação integral, para a vida e para o trabalho é uma das premissas da Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Nessa perspectiva, esta pesquisa objetiva demonstrar como a presença de práticas democráticas pode contribuir para a formação de discentes da EPT. A pesquisa é qualitativa e se utiliza das ferramentas de revisão bibliográfica e análise documental para dialogar acerca da gestão e prática democrática do ensino público, Educação Profissional e Tecnológica e formação discente. A gestão democrática além de oportunizar uma formação omnilateral, também pode contribuir com ensinamentos que reflitam no trabalho e na vida desde que permita o discente ser participante do processo de gerenciamento da instituição, não apenas mero espectador. O artigo contribui para a agenda de pesquisa que trata da educação profissional e tecnológica.

Palavras-chave: Educação Pública. Democracia. Politecnia. Escola

INTRODUÇÃO

Educar para a vida e para o trabalho é a missão da IFMT, instituição integrante da Rede Federal desde a criação da Lei nº 11.892, em 29 de dezembro de 2018, rede conhecida pela educação profissional e tecnológica ofertada no país.

A gestão democrática do ensino público é um direito constitucional, contudo não há a garantia de que as práticas democráticas sejam, de fato, inseridas nas escolas sejam elas de educação profissional ou tecnológica ou não.

O artigo tem como objetivo demonstrar a importância das práticas democráticas na formação dos estudantes da EPT, a partir do diálogo entre EPT e participação democrática.

Para tanto, esta pesquisa qualitativa faz uso da ferramenta de revisão bibliográfica para desenvolver conceitos estruturantes sobre EPT, democracia e gestão democrática, bem como da análise documental para sistematizar elementos de normas nacionais e institucionais que visam subsidiar o debate proposto.

¹ Mestre em Ensino pelo Instituto Federal - MT, danilogoncalvescampos@gmail.com;

² Doutor em Ciências Políticas pela Universidade Federal - PE, jose.costa@ifmt.edu.br;

A justificativa da pesquisa se pauta pela interseção natural entre os temas democracia e a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que afeta invariavelmente a formação integral e cidadã dos discentes, no caso, essa dinâmica tem como pano de fundo IFMT. Logo, as práticas democráticas podem ser importantes para a formação do indivíduo quando aliadas da EPT, o que pode contribuir para o efetivo cumprimento da missão do IFMT de educar para a vida e para o trabalho.

O artigo se divide em quatro seções, mais esta Introdução. A segunda seção trata do da metodologia empregada nessa pesquisa. A terceira seção traz os conceitos da democracia para além do voto bem como o papel da escola. A quarta seção aproxima as práticas democráticas da formação profissional e tecnológica. Por desiderato, as Considerações Finais pontuam os principais achados da pesquisa.

METODOLOGIA

Pode-se concluir que a pesquisa é de natureza aplicada, de abordagem qualitativa, do tipo exploratória, com procedimentos bibliográficos e documentais, cuja análise dos dados se dará pelo método de análise de conteúdo.

DEMOCRACIA PARA ALÉM DAS DELIBERAÇÕES

Muitas vezes o *sensu* comum parte da premissa de que algo democrático seja fruto da decisão da maioria, independentemente do nível de discussão acerca do que tema que está sendo deliberado.

Rousseau (1999), em seu livro “O contrato Social”, sugere que ao propor uma lei a deliberação não é para ver se há ou não aprovação de todos, mas se ela atende a vontade geral. Por outro lado, Schumpeter (1961) aduz que em verdade não existe um bem comum, em razão de as pessoas almejam coisas diferentes e não algo em comum, pois são indivíduos diferentes que participam de grupos distintos, por isso o bem comum significa conteúdos muito diversos.

Esse debate entre o fim e o meio é comumente visto em nosso cotidiano, no qual, por vezes, as sociedades deliberam sobre alguma pauta entendendo ser a tradução da intenção da maioria, contudo, não importando com os mecanismos de diálogo e debate que devem existir nos processos de decisão coletiva.

Neste sentido, mesmo quando algo for decidido pela maioria, para ser algo justo é

necessário que se garanta a liberdade de expressão, de reunião e a liberdade de participar das atividades públicas e influenciar, por meios legais, as intenções das pessoas (RAWLS, 1997).

Sen (1999) elenca a ascensão da democracia como o valor mais importante do século XX. Na visão do autor:

Não podemos identificar a democracia como o governo da maioria. A democracia tem demandas complexas, que certamente incluem o voto e respeito aos resultados das eleições, mas também requerem proteção às liberdades, respeito aos direitos legais, garantia do debate livre, distribuição sem censura de notícias e críticas. Mesmo eleições podem ser profundamente falhas se ocorrerem sem que os diferentes concorrentes tenham a oportunidade adequada de apresentar os seus projetos, ou sem que o eleitorado tenha a liberdade de obter notícias e comparar as visões dos concorrentes. A democracia é um sistema exigente, não apenas um processo mecânico (como o governo da maioria) isolado do resto. (SEN, 1999, p. 6)

Diante do que infere sobre democracia, Sen (1999) argumenta que ela enriquece a vida das pessoas de algumas maneiras, sendo a primeira referente ao valor para a vida humana e o bem-estar, por possibilitar aos cidadãos liberdades e o exercício dos direitos civis e políticos, fundamentais no convívio em sociedade. É importante lembrar que as escolas, no momento em que se propõem a educar para a vida, deve-se incentivar os espaços e as práticas democráticas, pois esses momentos podem representar o primeiro contato do educando com a democracia, contribuindo na formação desse discente enquanto cidadão participativo na sociedade.

Outrossim, o autor elenca que a democracia possibilita às pessoas uma melhora na comunicação, uma vez que desenvolve as condições do ser de se expressar, amplia o diálogo entre cidadãos e governos nas reais demandas da comunidade e aumenta a responsabilização dos governos quanto às escolhas de políticas públicas. (SEN, 1999). Na escola esse processo não é muito diferente, logo, a maior participação interpenetrativa pode trazer benefícios aos discentes ao conceder lugar de fala nas reuniões e/ou nos espaços democráticos para contribuírem com o debate/deliberações.

Sobre o debate de ideias, Habermas (1997) reforça a importância dos espaços públicos para maior horizontalidade da comunidade quando diz que discurso racional é a tentativa de se entender os problemas, de maneira comunicativa que possibilita o livre debate, contribuições, informações e argumentos no interior de um espaço público por meio das falas.

A opinião sobre determinado assunto, assim como as escolhas, estão relacionadas às vivências de cada indivíduo, ao meio em que se está inserido, aos valores adquiridos, além de outros fatores que se acrescentam ao cabedal ao longo da vida.

Sen (1999) ainda destaca que a prática da democracia, mediante por exemplo debates

públicos, possibilita aos cidadãos formar valores e prioridades para a sociedade como um todo, com isso, o cenário escolar do ensino médio integrado pode corroborar na formação dos valores discentes que na adolescência ainda estão em construção, educando para a vida e para o trabalho.

A escola é uma importante aliada na conscientização e na formação de um pensamento crítico e emancipador em relação ao conceito democrático, posto que, além de quebrar paradigmas, acaba por influenciar o cidadão ao incentivar o discente a participar mais ativamente da sociedade.

Por isso o direito à educação está aliado às práticas democráticas na escola, uma vez que não consiste apenas na garantia de que os jovens acessem a escola, mas também em assegurar ao aluno o desenvolvimento pleno e integral. De modo a garantir tal desenvolvimento omnilateral e integral, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) indica habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos durante a aprendizagem:

[...] a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. Por meio da indicação clara do que os alunos devem “saber” (considerando a constituição de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores) e, sobretudo, do que devem “saber fazer” (considerando a mobilização desses conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho), a explicitação das competências oferece referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais definidas na BNCC. (BRASIL, 2018, p. 15)

Assim como defendido por Sen (1999), no século XIX os pensadores se perguntavam se o Estado estava preparado para receber a democracia, pensamento que se altera no século XX, no qual os espaços sociais devem se desenvolver mediante a prática democráticas. Isso se ajusta perfeitamente às instituições de ensino, em razão de elas terem que se adequar à democracia e não o contrário.

Não basta apenas garantir a participação dos alunos nos rumos da escola, mas também a participação de toda a comunidade nas tomadas de decisões de maneira substantiva, transbordando o mero processo deliberativo de embate de ideias, a fim de garantir o debate de opiniões verdadeiramente interpenetradas.

A democracia está para além da participação de todos nas tomadas de decisões e na luta por direitos, ela também consiste na fiscalização dos deveres, na cooperação entre os indivíduos em busca de um viver.

De um modo mais amplo, a gestão democrática do ensino público almeja a união e o comprometimento de toda a comunidade envolvida no processo educacional para que, unida,

busque o melhor para a escola. Em um país no qual a desigualdade social é escancarada³, tratar de democracia ou gestão democrática torna-se imprescindível.

Nesse sentido, o Estado e a sociedade devem contribuir por meio de ações e políticas que realmente incluam e possibilitem o acesso de todos, principalmente dos menos favorecidos, que, por muitas vezes, vivem à margem do processo democrático.

Complementando, Freire (2000) não acredita na democracia puramente formal, que não se importa com as relações entre quem possui mais condições e quem não possui, em razão da desejada igualdade substancial. É importante que se garanta a participação democrática a todas e todos, uma vez que a frase se esvazia se a prática for o contrário do que está posto. Não se importar com as relações entre os poderosos e os desprovidos de poder reforça o poder dos que o detêm, por isso é fundamental que o Estado assegure verdadeiramente a igualdade substancial entre os indivíduos.

Por isso é de suma importância garantir a participação de todos nos debates de assuntos coletivos e nas tomadas de decisões escolares, pois não basta apenas dizer que todos tiveram o direito de participar, faz-se necessário criar incentivos para sua verdadeira prática.

Segundo o MEC a democratização da educação vai além do acesso à escola, esse aspecto seria apenas o ponto de partida para esse processo, por isso é importante que se garantam as condições para a permanência dos educandos (PACHECO, 2007). Essa permanência está ligada a vários fatores, entre os quais existe um que serve a esta pesquisa, no caso, o discente precisa se sentir pertencente à escola.

Complementando:

[...] a gestão democrática se assenta na promoção de educação de qualidade para todos os alunos, de modo que cada um deles tenha a oportunidade de acesso, sucesso e progresso educacional com qualidade, numa escola dinâmica que oferta ensino contextualizado em seu tempo e segundo a realidade atual, com perspectiva de futuro. (LUCK, 2009, p. 70).

A educação de qualidade não se limita a processos “conteudistas” ou, conforme expõe Beisiegel (2005), não está ligada apenas ao desempenho (nota), mas sim às oportunidades ofertadas aos seus discentes. Sobre a oferta de oportunidades é importante lembrar que o IFMT, objeto deste estudo, tem como missão preparar o aluno para a vida e o mundo do trabalho (IFMT, *l.s. d./c*), não atrelando a qualidade do ensino ofertado a pressupostos de uma educação tradicional ou ao resultado dos alunos nos vestibulares.

3 Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>. Acesso em: 30 mai. 2021



Embora existam pessoas que associam a qualidade de ensino ao “conteudismo”, o Brasil (2018), em sua BNCC, faz menção a algumas práticas emancipadoras, próprias da democracia:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva

[...]

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BRASIL, 2018, p. 9-10).

É importante lembrar que apesar da preocupação do governo com a presença da democracia nas escolas e a oferta de oportunidades aos discentes, esses locais também podem ser utilizados para a defesa de interesses déspotas, em contraposição às habilidades virtuosas presentes na BNCC.

Essa dicotomia de interesses repercute no debate teórico na Educação, distinguindo dois grupos, sendo o primeiro formado pelas teorias que entendem que a educação é um instrumento de equalização social e o segundo, pelas teorias que entendem que a educação serve para aumentar a marginalização e a discriminação social (SAVIANI, 2012).

A discussão sobre o papel da escola na manutenção do *status quo* que beneficia as classes dominantes têm sua essência no monopólio educativo almejado pela classe burguesa quando ascendeu aos espaços de poder (SAVIANI, 2012).

Complementando:

A revolução constante das forças produtivas, com vistas à maximização da produtividade e do lucro obtido pelos capitalistas, implicou, após uma fase inicial de exploração extensiva de mão-de-obra, a progressiva incorporação de tecnologia, o que modificou as relações sociais dentro e fora do processo produtivo. Mediando essas relações, as práticas e instituições educacionais exerceram um papel fundamental na distribuição dos conhecimentos necessários para a adequação do processo cognitivo aos requerimentos da produção capitalista (NEVES E PRONKO, 2008, p. 141-142).

Assim, a escola acaba por vezes reforçando o papel de uma educação dualista, pautada na formação de mão de obra para o capitalismo, na qual os conhecimentos fornecidos são para condicionar mais pessoas para o mercado de trabalho. Dentro da sociedade capitalista, a classe dominante tem feito perpetuar o referido domínio, mascarando as relações desproporcionais de poder, e os mecanismos estruturais produzidos mantêm as desigualdades entre as classes sociais (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012).

Percebe-se que a educação, bem como o conhecimento fornecido nas escolas, está atrelada ao modelo econômico vigente, qual seja, o capitalismo, e muitas vezes em vez de ser

figurar como instrumento contra a alienação, serve como “funcionário” do capitalismo, alienando ainda mais para garantir a manutenção da classe dominante.

No processo de ensino nas escolas tradicionais, limitadas pela concepção tecnicista, o principal elemento se torna a organização racional dos meios, sendo o professor e o aluno partes secundárias, deixados de lado, não sendo os detentores da iniciativa pedagógica, tornando-se executores de um processo no qual a concepção, planejamento, coordenação e controle ficam a cargo de especialistas supostamente habilitados, neutros, objetivos e imparciais (SAVIANI, 2012).

Observa-se que na educação tecnicista não há liberdade nas escolhas do que será lecionado; ao contrário, tudo já é definido, restando ao aluno e aos professores apenas seguir o processo delimitado anteriormente.

De modo a romper com o ensino no qual o professor e o aluno sejam coadjuvantes, Saviani (2012) traz o conceito de politecnicia, segundo o qual a escola prepara o discente não apenas para um tipo de trabalho, pelo contrário: faz com que o educando esteja preparado para qualquer atividade específica em função da organização do trabalho atual.

Nessa ideia de escola politécnica, Saviani (1989) destaca que é importante distinguir a concepção da forma de realização, posto que a concepção não é, necessariamente, desenvolver uma habilidade técnica, mas garantir ensinamentos primordiais para qualquer tipo de função. O autor elenca que tal prática é importante pois auxilia a resolver o problema da articulação entre escola e processo produtivo (SAVIANI, 1989).

Nesse cenário, as escolas de ensino técnico e tecnológico trazem como diferencial a formação da população integrando a vida e o trabalho, ou seja, o ser vai se constituindo na escola como um indivíduo consciente e crítico dos mecanismos que condicionam a vida, a partir do entendimento de que o trabalho é a chave para desnudar essa dinâmica. A escola, em vez de ensinar determinada profissão aos educandos, contribui com a formação holística do cidadão, garantindo determinados conhecimentos que aproximam teoria e prática (SAVIANI, 1989).

Formar de maneira holística contribui para que a escola contemple os discentes com um maior número de possibilidades profissionais, haja vista que é difícil para a escola prever se seus alunos vão atuar nessa ou naquela profissão. Neste cenário, a teoria e a prática andariam juntas, sendo uma formação prática em que a teoria é compreendida como algo que dialoga com o fazer (SAVIANI, 1989).

Essa educação técnica e tecnológica politécnica e omnilateral inspirou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1980, na qual, tanto na teoria quanto na prática, a escola propicia a superação da concepção educacional burguesa que se baseia na dicotomia entre



trabalho manual e trabalho intelectual e entre instrução profissional e instrução geral, por isso a escola nessa concepção deve se pautar pela politecnia (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012).

As escolas, ao se estruturarem a partir do conceito de politecnia, começam a enxergar o trabalho como meio para uma educação intelectual, fazendo convergir então a dualidade existente, na busca por uma formação omnilateral, na qual os educandos devem ser formados na sua integralidade tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E PARA A VIDA

Nesse cenário, as escolas de ensino técnico e tecnológico trazem como diferencial a formação da população integrando a vida e o trabalho, ou seja, o ser vai se constituindo na escola como um indivíduo consciente e crítico dos mecanismos que condicionam a vida, a partir do entendimento de que o trabalho é a chave para desnudar essa dinâmica. A escola, em vez de ensinar determinada profissão aos educandos, contribui com a formação holística do cidadão, garantindo determinados conhecimentos que aproximam teoria e prática (SAVIANI, 1989).

Formar de maneira holística contribui para que a escola contemple os discentes com um maior número de possibilidades profissionais, haja vista que é difícil para a escola prever se seus alunos vão atuar nessa ou naquela profissão. Neste cenário, a teoria e a prática andariam juntas, sendo uma formação prática em que a teoria é compreendida como algo que dialoga com o fazer (SAVIANI, 1989).

Essa educação técnica e tecnológica politécnica e omnilateral inspirou a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1980, na qual, tanto na teoria quanto na prática, a escola propicia a superação da concepção educacional burguesa que se baseia na dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual e entre instrução profissional e instrução geral, por isso a escola nessa concepção deve se pautar pela politecnia (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2012).

As escolas, ao se estruturarem a partir do conceito de politecnia, começam a enxergar o trabalho como meio para uma educação intelectual, fazendo convergir então a dualidade existente, na busca por uma formação omnilateral, na qual os educandos devem ser formados na sua integralidade tanto para a vida quanto para o mercado de trabalho

Nessa perspectiva, na qual a ciência e a tecnologia assumem suma importância no mundo do trabalho e na educação, o Brasil hodiernamente possui os Institutos Federais (IF's), que ofertam educação profissional e tecnológica aos educandos. Os IF's têm por objetivo ofertar

educação superior, profissional e básica, multicampi e pluricurriculares, cumprindo seu papel social, tendo como fruto do processo educativo a primazia do bem social (IFMT, [s.d.]a).

Para ofertar uma formação omnilateral e de qualidade, a inserção de práticas democráticas nas escolas torna-se fundamental para o processo formativo do educando, conforme prescrito pela BNCC e desejado no fundamento de criação das instituições de ensino técnico e tecnológico federais. A presença de espaços democráticos que garantam a participação da comunidade acadêmica é fulcral para atender aos ideais de uma formação politécnica, omnilateral e integral.

Formar para a vida e para o trabalho, oportunizando ao educando uma educação de qualidade (IFMT, [s.d.]b), passa pela sua participação nos rumos da escola, por isso é necessária uma gestão democrática do ensino público na qual o gestor escolar oportunize a participação dos educadores, discentes e da comunidade, mediante arenas de diálogo e debates horizontais.

A formação do discente quando distante de cenários democráticos traz realidades nas quais os direitos são mais fáceis de serem cerceados, as regras impostas podem não coadunar com a necessidade social e com a lei, além de ser ambiente propício para cometimento de excessos; além disso, nesses locais as normas jurídicas podem conter o viés de traduzir apenas a visão dos que estão nos espaços de poder, fazendo com que existam dois ambientes distantes: o legislado e o real.

Portanto, uma escola sem espaços democráticos pode trazer um conjunto de decisões contrárias ao almejado pela comunidade acadêmica, surgindo regramentos e soluções distantes da realidade, que em verdade não atendem a sociedade, causando ainda mais celeumas no ambiente escolar, o que, por sua vez, se distancia da almejada formação politécnica, omnilateral e integral

É importante exemplificar em que esses tipos de formações contribuem para o discente, começando pela formação omnilateral, que diz respeito à humanização do educando, formando uma pessoa que não seja um mero trabalhador ou intelectual, que se trata de um ser em constante mudança e formação, partindo de uma práxis transformadora, tornando-se um “ser genérico dotado de uma quantidade de manifestações verdadeiramente humanas, como homem não alienado” (SOUSA JÚNIOR, 1999, p. 101).

Ato contínuo, antes de retomar a importância da formação politécnica é importante elencar as palavras de Machado (1991, p. 54) sobre a etimologia da palavra:

Na verdade a palavra *tecnia* está dentro da questão da politecnia no sentido de construção. Vem do grego *tecnia* e significa construção. Poli é realmente isso, várias, múltiplas. Quando utilizamos a expressão ensino politécnico, estamos adjetivando a



palavra ensino. É um ensino que tem por objetivo permitir um processo amplo, de múltiplas construções; é um ensino que permite formar o homem em múltiplas dimensões. Esse é o sentido mais exato da palavra politécnico, é o ensino capaz de fazer com que o homem desenvolva as suas potencialidades, que ele se construa na sua dimensão intelectual, ativa, física, ética, artística etc (MACHADO, 1991, p. 54).

A formação politécnica traz uma visão do trabalho por meio de uma educação intelectual/ativa/ética/física/artística e não aquela educação dual e tecnicista, que preparava o discente para trabalhar com uma determinada atividade. Na politecnia eles são preparados para a vida, bem como para o trabalho na sua integralidade, podendo atuar em qualquer profissão.

Outro conceito importante para a dissertação é o de educação integral, que, como direito de cidadania, presume uma oferta de oportunidades educativas, na escola e além dela, com o intuito de promover condições para o desenvolvimento pleno de todas as potencialidades do educando. Sua inclusão no mundo do conhecimento e da vida passa pela garantia de um repertório cultural, social, político e afetivo que de fato prepare um presente que fecundará todos os outros planos para o futuro (BRASIL, 2009).

Partindo do preceito que a educação profissional e tecnológica tem por objetivo a formação discente para o trabalho e para a vida, a gestão democrática do ensino público assume um importante papel nesse processo, uma vez que práticas democráticas contribuem para a formação acadêmica, pessoal e profissional dos educandos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação integral do discente passa pela inserção de mecanismos democráticos e pela criação de espaços para sua prática nas escolas. Nesse cenário, a gestão democrática do ensino público se relaciona com o IFMT.

O debate da gestão democrática remonta à ideia de trazer a comunidade acadêmica para dentro da escola, oportunizando que ela não apenas participe das decisões escolares, mas também da fiscalização e aplicação das normas escolares, corroborando com práticas cidadãs, para tal, a garantia do exercício da participação não deve existir apenas na lei, e sim nas políticas exercidas pela direção escolar.

A existências de práticas democráticas na EPT pode auxiliar na formação para a vida e para o trabalho, uma vez que vai ao encontro da formação omnilateral, cujo objetivo é quebrar os paradigmas da educação dualística e bancária, deixando o educando de ser um coadjuvante e se tornando parte do processo de ensino-aprendizado.

A ausência de espaços democráticos/ práticas democráticas na escola, em vez de



corroborar com uma formação omnilateral do discente, pode gerar desconforto, insegurança, incredibilidade e afasta os discentes do contato com a gestão, gerando um efeito contrário ao almejado pela instituição.

REFERÊNCIAS

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A qualidade do ensino na escola pública**. Brasília: Líber Livro Editora, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/51281622. Acesso em: 30 out. 2019.

BRASIL. **Organização Integral e Tempo Integral**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009. Organizadora: Lúcia Velloso Maurício. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/issue/view/213>.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2000.

FRIGOTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (orgs.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IFMTa. APRESENTAÇÃO E HISTÓRICO. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/apresentacao-e-historico/>. Acesso em: 13 jun. 2020.

IFMTb. MISSÃO, VISÃO E VALORES. Disponível em: <http://ifmt.edu.br/conteudo/pagina/missao-visao-e-valores/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

HABERMAS, J. **Direito e Democracia**. Entre Facticidade e Legitimidade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

MACHADO, L. Politecnia no ensino de segundo grau. *In*: BRASIL. **Politecnia no ensino médio**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: Ministério da Educação e Cultura, 1991.

PACHECO, Ricardo Gonçalves. **Legislação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. Disponível em: https://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/proffuncionario/12legislacao_escolar.pdf. Acesso em: 24 out. 2021.

RAWLS, John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ROUSSEAU, Jean Jaques. **O contrato social**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. Tradução de: Antônio de Pádua Danesi.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.



SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ. Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1989.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SEN, A. Democracy as a universal value. **Journal of Democracy**, v. 10, n. 3, p. 3-17, 1999.

SOUZA JUNIOR, Justino de. Politecnia e Omnilateralidade em Marx. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v.5, n.5, jan/dez, 1999, p. 98-114.